

HABEAS CORPUS Nº 542.288 - MG (2019/0322260-3)

RELATOR : **MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
IMPETRANTE : FERNANDA BARROSO ANDRADE BITTENCOURT
ADVOGADO : FERNANDA BARROSO ANDRADE - MG116741
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : ODAIR BARBOSA ESTEVES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EMENTA

PROCESSUAL PENAL. **HABEAS CORPUS** SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. NÃO CABIMENTO. **HOMICÍDIO QUALIFICADO**. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. **FUNDADO RECEIO DE REITERAÇÃO DELITIVA**. **HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO**.

I - A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, firmou orientação no sentido de não admitir a impetração de **habeas corpus** em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não-conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

II - A segregação cautelar deve ser considerada exceção, já que tal medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, **ex vi** do artigo 312 do Código de Processo Penal.

III - No caso, a segregação cautelar do paciente está devidamente fundamentada em dados concretos extraídos dos autos, que denotam a periculosidade concreta do agente em virtude do **fundado receio de reiteração delitiva**, consubstanciado em sua habitualidade em condutas delitivas, as quais apontam seu envolvimento com **tráfico de drogas, disparo de arma de fogo e homicídio, bem como "foi recentemente condenado no Tribunal do Júri desta comarca por homicídio tentado"** circunstância que justifica a imposição da segregação cautelar como garantia da ordem pública em virtude do **fundado receio de reiteração delitiva**.

IV - Condições pessoais favoráveis, tais como ocupação lícita e residência fixa, não têm o condão de, **por si sós**, garantirem ao paciente a revogação da prisão preventiva se há nos autos elementos hábeis a recomendar a manutenção de sua custódia cautelar. Pela mesma razão, não há que se falar em possibilidade de aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, **o que ocorre na hipótese**.

Habeas Corpus não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do pedido.

Os Srs. Ministros Jorge Mussi, Reynaldo Soares da Fonseca e Joel Ilan Paciornik votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Ribeiro Dantas.

Brasília (DF), 21 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator